



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1606, QUARTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 2011

PSDB cobra esclarecimentos e punição de responsáveis por irregularidades no Segundo Tempo

A Liderança do PSDB na Câmara desencadeou nesta terça-feira (22) uma série de ações visando esclarecer, investigar e punir os responsáveis por supostas irregularidades no Programa Segundo Tempo, a principal iniciativa do Ministério do Esporte. Os documentos assinados pelo líder da bancada, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, são endereçados ao Ministério Público Federal (MPF), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e aos ministérios do Esporte e da Justiça.

Segundo o partido, é nítido o uso de ONGs dirigidas por pessoas diretamente relacionadas com o PC do B para o desvio de dinheiro público e o financiamento de campanhas eleitorais. Para os tucanos, o mecanismo no uso de verbas deste programa mais parece um renascimento do esquema do mensalão, o maior escândalo do governo Lula.

Na representação encaminhada ao procurador geral da República, o PSDB pede a apuração de fatos ilícitos que, em tese, foram cometidos pelo ministro do Esporte, Orlando Silva; pelo ex-titular da pasta e hoje governador do Distrito Federal (GDF), Agnelo Queiroz; e por Rui de Oliveira, presidente do Instituto Contato, de Florianópolis (SC). De acordo com o texto do partido, os envolvidos podem ter cometido ilícitos penais e cíveis, como peculato, corrupção passiva, falsidade ideológica, formação de quadrilha e improbidade administrativa.

Ao TCU, a legenda requer a realização de auditoria especial nos convênios firmados com ONGs e na aplicação dos recursos referentes ao Segundo Tempo. O PSDB pede, ainda, cópias de todos os acórdãos e pareceres do tribunal relacionados a processos de julgamento de contas referentes ao programa. O partido entregará o pedido de investigação ao TCU nesta quarta-feira (23). Os demais pedidos já foram apresentados.

No requerimento de informações a ser encaminhado ao ministro do Esporte, a legenda cobra dados completos dos convênios firmados e da aplicação de recursos do programa desde 2003, quanto a iniciativa foi criada pelo governo Lula, até a presente data. Entre as informações requeridas, estão a relação completa das ONGs beneficiadas, total de núcleos criados, recursos aplicados ano a ano e listagem

com as pessoas jurídicas que receberam verbas.

Por fim, o líder Duarte Nogueira solicita ao ministro da Justiça esclarecimentos sobre apurações realizadas pela Polícia Federal a respeito da denúncia de prática de crime por parte de Agnelo Queiroz. No requerimento de informações, o PSDB questiona se a PF instaurou inquérito para investigação de denúncias publicadas em jornais de grande circulação envolvendo Agnelo em desvios de recursos do Segundo Tempo. A legenda também requer cópia de eventuais documentos relacionados ao assunto.



Programa teria virado fonte de recursos para políticos ligados ao PC do B

Leia ainda sobre o tema no blog:

Jorginho Mello condena uso político de projeto esportivo do governo federal

Partido reforça defesa do mínimo de R\$ 600 no Senado e acata emenda em prol de aposentados

Os senadores tucanos se reuniram nesta terça-feira (22) para referendar a posição do partido a favor do salário mínimo de R\$ 600 e contra a definição da política de reajuste salarial por meio de decreto. Além dessas duas emendas, já protocoladas, a bancada decidiu apresentar uma outra emenda que exclui da proposta que reajusta o mínimo o artigo 6, que trata de crime tributário. Ou seja, uma matéria desconexa com o tema salário mínimo. "O governo usou este expediente para furar a fila das medidas provisórias e votar o projeto do salário mínimo antes, mas desrespeitou a legislação, que proíbe dois objetos diferentes em uma mesma lei", explicou o líder do PSDB, senador **Alvaro Dias (PR)**.

Segundo o parlamentar, já há um acordo com as lideranças governistas para que a votação das duas

primeiras emendas do PSDB (piso de R\$ 600 e contra a definição por decreto) seja nominal. "Com isso, poderemos saber a posição de cada parlamentar", ressaltou. A votação está marcada para esta quarta-feira (23) em plenário.

Depois da reunião, Alvaro Dias foi procurado pelo deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, e por vários representantes das centrais. Eles sugeriram uma emenda, que será apresentada pelo PSDB. O texto prevê que o reajuste dos aposentados que ganham acima do salário mínimo será feito com base na inflação do ano anterior mais 80% do PIB dos dois anos anteriores. "Já que os aposentados são os que têm maiores perdas, estamos acatando a proposta das centrais e vamos apresentar a emenda", disse o líder.

Após pressão da oposição, Planalto reduz cargos na Autoridade Pública Olímpica

Da tribuna, o líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, comemorou a nova versão da medida provisória que cria a Autoridade Pública Olímpica (APO) encaminhada pelo governo ao Congresso nesta terça-feira (22). A principal mudança é o enxugamento da estrutura do órgão que vai coordenar as ações federais para os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. Foram cortados 313 dos 484 cargos que inicialmente seriam criados com salários de até R\$ 22 mil. Para o tucano, a pressão da oposição foi fundamental para o Executivo voltar atrás.

“No mesmo momento em que pede austeridade, sacrifício à população e impõe um salário mínimo com aumento negativo, o governo quer criar mais cargos. Mas agora começa a voltar atrás. Se é para fazer sacrifício, vamos todos fazer”, afirmou o deputado.

O PSDB é favorável à realização dos jogos olímpicos e paraolímpicos, mas é contra a criação de um número elevado de cargos na APO. “Isso era um transatlântico da alegria, virou um trem-bala, mas já

houve uma redução”, avaliou o deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)**, vice-líder da Minoria.

Bolsa-Atleta

Depois de muita polêmica, o plenário da Câmara aprovou ontem a MP 502/10 que amplia o programa Bolsa-Atleta aos praticantes de modalidades olímpicas e paraolímpicas. A emenda do Senado, de autoria do líder do PSDB na Casa, **Alvaro Dias (PR)**, foi aprovada. A alteração aumenta os recursos federais destinados a clubes formadores de atletas olímpicos e estabelece o repasse de um sexto dos 4,5% da Loteria Federal para entidades da Confederação Brasileira de Clubes (CBC).

“A emenda aprovada na Câmara tinha o objetivo de viabilizar a formação dos atletas para se prepararem para as Olimpíadas. O governo rejeitou isso aqui no plenário. O Senado restabeleceu essa medida, e, hoje, aprovamos a formação de atletas também pelos clubes brasileiros”, destacou o deputado e vice-líder do PSDB, **Vanderlei Macris (SP)**.



Projeto de líder tucano defende atualização da tabela do Imposto de Renda pelo índice real da inflação

O líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, apresentou nesta terça-feira (22) o Projeto de Lei nº 497/2011 defendendo a atualização dos valores das tabelas progressivas, mensal e anual do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de pessoa física no ano-calendário de 2011. Nogueira propõe que seja aplicado o índice real da inflação medida pelo IPCA, que no ano passado ultrapassou 5,91%, maior alta desde 2004. O governo federal utiliza desde 2007 a meta da inflação, fixada em 4,5%, sistematicamente ultrapassada pela inflação real.

Pela proposta de Duarte Nogueira, as atualizações passariam a ser baseadas nas variações acumuladas do IPCA/IBGE, registradas em 2009 e 2010, de 5,90% e 5,9090%, respectivamente. Ajustes que não representam o retorno da indexação inflacionária, mas a diferença da inflação de 1,34% verificada em 2009 e a

meta do governo de 4,5%, aplicada em 2010. Apenas para efeito de comparação, enquanto a variação do IPCA de 1995 a 2010 atingiu 214,34%, a tabela do Imposto de Renda foi corrigida em apenas 88,51% – defasagem de 66,74% no período.

O IPCA abrange famílias com rendimentos mensais entre um e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões metropolitanas de 11 capitais brasileiras de todas as regiões. Por esse motivo, é utilizado pelo Banco Central como medidor oficial da inflação do país.

Para Nogueira, “o reajuste de 4,5%, como sinaliza o governo, é um desrespeito aos contribuintes com relação aos princípios da capacidade contributiva e do não confisco de renda, além de anular os ganhos dos trabalhadores que receberam aumento salarial no último ano com base na inflação”.

66,74%

É o percentual de defasagem da tabela de IR entre 1995 e 2010. A variação da inflação no período atingiu 214,34% e a tabela do imposto foi corrigida em apenas 88,51%.

Leia também em nosso blog:

- Aécio propõe reforma política duradoura para o país
- Paulo Abi-Ackel destaca péssimos índices sociais no Brasil e cobra medidas do Executivo
- Nogueira destaca importância da “Folha de S. Paulo” na história da imprensa brasileira
- Artigo “Por trás da inflação”, por Duarte Nogueira
- Direto do Plenário, com os deputados Raimundo Gomes de Matos (CE), Romero Rodrigues (PB) e Luiz Fernando Machado (SP)
- Direto do Twitter, com os deputados Vaz de Lima (SP), Bruna Furlan (SP), Rui Palmeira (AL), Marcus Pestana (MG) e Luiz Fernando Machado (SP) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Lúcia Vânia (GO)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>